

I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

12 a 14 de setembro de 2017- Naviraí-MS



O DESAFIO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DIGITAL EM ESPAÇOS PRISIONAIS

Gesilane de Oliveira Maciel José
Universidade Estadual Paulista – UNESP – FCT
geisa@fathel.com.br

Telma Romilda Duarte Vaz
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPNV
Universidade Estadual Paulista – UNESP – FCT
trdvaz@gmail.com

Eixo Temático: Tecnologias e Sistemas de Informação

Atualmente a população carcerária brasileira é formada majoritariamente por jovens, pobres, negros e de baixa escolaridade, marcado por instrumentos de disciplina e pela violação cotidiana de direitos fundamentais. Em meio a esse contexto de aprisionamento, foi promulgada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), em que aponta a urgência de oferta da educação para todos os indivíduos. Posteriormente, outros documentos internacionais e nacionais firmaram a prioridade na universalização da educação básica em perspectiva inclusiva, de forma que contemple os indivíduos em situação de vulnerabilidade. Em vista disso, tornou-se direito a oferta da educação no sistema prisional, em caráter profissionalizante, educativo e cultural.

O Estado de Mato Grosso do Sul procurou atender as diretrizes que versam a respeito do direito à educação aos privados de liberdade, e em 2004 implementou a Escola Estadual Profa. Regina Lúcia Anffe Nunes Betine, direcionadas àqueles que não puderam efetuar os estudos em idade regular.

Em 2011 instituiu a Resolução n. 2.491 de 08/12/2011, que implementa as Salas de Tecnologias Educacionais-STE e a utilização das diversas ferramentas midiáticas, com o objetivo de privilegiar a construção do conhecimento de forma coletiva e cooperativa por meio do uso das tecnologias da informação e da comunicação – TIC's (SED, 2011). As unidades prisionais estão incluídas nessa resolução, considerando que fazem parte da rede pública de ensino estadual. Somado a isso, no 4º. artigo, institui um professor responsável pelo gerenciamento da STE e dos recursos midiáticos, com a função pedagógica de atuar como um incentivador aos professores regentes, e oferecer apoio quanto ao uso das diversas mídias educacionais presentes na escola. Nesse sentido, a proposta desse trabalho é de analisar os

desafios desse profissional ao inserir as diferentes tecnologias no espaço prisional.

Como metodologia, adotamos a revisão da literatura que contempla a inclusão digital, e em seguida, analisamos os desafios desse professor ao lidar com a inserção da tecnologia no contexto em questão. Para isso, recorreremos a Kenski (2007), Buzato (2007), Bonilla e Pretto (2011) e Pretto (2008).

Na visão de Buzato (2007, p. 37), a inclusão digital equivale ao acesso de comunidades em desvantagem econômica, geográfica, física, educacional, aos artefatos técnicos, dispositivos digitais, e aos bens simbólicos como bibliotecas digitais, softwares, websites, jogos de computador, entre outros. Pretto (2008) considera inclusão digital como a produção de informação e conhecimento em busca da transformação da atual ordem social, o que possibilita a reorganização da língua escrita e falada, crenças, costumes, códigos, métodos de trabalho, ciência, enfim, todas as esferas da atividade humana. Já Bonilla e Pretto (2011) complementam que essa inclusão deve ser pensada a partir do enriquecimento de quatro capitais básicos: social, cultural, intelectual e técnico que constituem todo um processo coletivo. Esses capitais devem ser estimulados pelo processo educacional de forma que se busque a transformação das condições de existência do indivíduo.

Baseado nessas perspectivas, ao analisar o trabalho do professor de tecnologia e mídias digitais que atua nesse cenário, evidencia-se algumas dificuldades. A principal, é que devido as normas jurídicas das prisões, não é permitido que os privados de liberdade tenham acesso a internet, logo, o alcance aos bens culturais virtuais, torna-se inviabilizados. Assim, o docente precisa construir outras alternativas pedagógicas para que os estudantes acessem os capitais previstos anteriormente.

Importante pontuar que esses recursos não resolvem os problemas educacionais, mas precisam ser utilizados como estratégias de inclusão, formação e de interação, estabelecendo novos modos de ser e agir na cultura digital. Para Kenski (2007), é necessário que esse profissional esteja atento a adequação da tecnologia ao conteúdo e os propósitos do que vai ser ensinado, já que cada mídia tem a sua especificidade e precisa ser compreendida como um componente adequado no processo educativo (Kenki, 2007).

Existem uma série de ações que podem ser desenvolvidas nessas unidades escolares, pois as mesmas contam com a STE, computadores interativos, lousa digital, tablets, TV, DVD, equipamento de som e máquina fotográfica. O educador pode desenvolver atividades pedagógicas com a utilização de vídeos, curtas, documentários, fotografias, slides, além da própria lousa digital.

Na STE, é possível elaborar inúmeros exercícios e atividades off-line disponíveis no

pacote office, músicas, digitação, edição de vídeos e imagens, além de diversos jogos educativos, que buscam estimular o interesse dos educandos. Também podem ser propostos textos coletivos, planilhas, cálculos, levantamento de dados, tabelas, etc. Essas atividades podem contribuir com outras estratégias de raciocínio, memória, formação de conceitos éticos, de regras, de trabalho em equipe, etc, constituindo novas possibilidades dos educandos serem inseridos ao mercado de trabalho, quando em condição de liberdade.

O desafio, portanto, é de fazer uso da criatividade e flexibilidade para que o processo de inclusão seja minimamente alcançado, ainda que dentro de uma realidade complexa e com as limitações impostas. É possível inserir gradativamente a linguagem digital e procurar estabelecer o acesso a um ambiente de aprendizagem inovador e mais dinâmico.

REFERÊNCIAS

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011, v. 2.

BUZATO, Marcelo El K. **Entre a fronteira e a periferia: linguagem e letramento na inclusão digital**. Universidade Estadual de Campinas, 2007. Tese.

KENKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papyrus, 2007.

MATO GROSSO DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Resolução/SED n. 2.491, de 8 de dezembro de 2011. Dispõe sobre o Projeto de Implementação das Salas de Tecnologias Educacionais-STE e a utilização das diversas tecnologias midiáticas nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências, 2011.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. In: **Conferência Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, 1990.